

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS

Estudo Técnico Preliminar 420/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: Registro de Preços

2. Descrição da necessidade

A Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria identifica a necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento de recursos educacionais acessíveis, interativos e alinhados às abordagens pedagógicas contemporâneas, com destaque para a pedagogia desenvolvida por Maria Montessori.

A proposta fundamenta-se na adoção de práticas educativas centradas no protagonismo da criança, na aprendizagem ativa e no respeito aos diferentes ritmos de desenvolvimento, princípios estes convergentes tanto com a abordagem montessoriana quanto com as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular.

Os materiais a serem adquiridos deverão contemplar características essenciais da pedagogia montessoriana.

A utilização desses materiais contribuirá para:

1. estímulo à autonomia e à independência da criança;
2. promoção da motricidade livre e do movimento intencional;
3. uso de materiais estruturados, sensoriais e autocorretivos;
4. incentivo à concentração, à ordem e à autodisciplina;
5. valorização da aprendizagem por meio da experimentação e da exploração.

Nesse contexto, os recursos pedagógicos devem favorecer a construção do conhecimento de forma concreta e significativa, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, abrangendo aspectos cognitivos, motores, sociais e emocionais.

A aquisição desses materiais visa, ainda, qualificar os processos de diagnóstico e acompanhamento pedagógico, possibilitando a implementação de estratégias de ensino diferenciadas e inclusivas, capazes de atender às múltiplas necessidades dos estudantes. Tais recursos configuram-se como instrumentos essenciais para o fortalecimento de práticas educativas que promovam a equidade e a inclusão no ambiente escolar.

A equidade, especialmente no contexto do fortalecimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), assume papel central na formulação de políticas públicas educacionais. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 108/2020, a equidade passou a constituir critério técnico para a alocação de recursos, assegurando que redes de ensino com maiores vulnerabilidades recebam maior suporte financeiro.

A operacionalização desse princípio ocorre por meio de mecanismos como o Valor Aluno Ano Total (VAAT) e o Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), que buscam garantir padrões mínimos de investimento por aluno e incentivar a melhoria dos indicadores educacionais com redução das desigualdades. Nesse sentido, o Fundeb consolida-se como instrumento redistributivo e indutor de políticas públicas voltadas à promoção de uma educação pública mais justa, inclusiva e de qualidade.

No âmbito da Educação Infantil, os materiais pedagógicos assumem papel estruturante no processo de ensino e aprendizagem, especialmente quando organizados em ambientes preparados, conforme preconiza a pedagogia montessoriana. Esses ambientes favorecem o desenvolvimento da autonomia, da linguagem oral e escrita, da coordenação motora, da socialização e do pensamento lógico, respeitando as especificidades da infância e os campos de experiências definidos pela BNCC.

Dessa forma, a presente aquisição justifica-se como medida estratégica para a qualificação das práticas pedagógicas da rede municipal de ensino, promovendo uma educação mais equitativa, centrada na criança e orientada por evidências pedagógicas consistentes.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência Pedagógica - SMEd	Sabrina Bagetti

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa melhor classificada na fase de proposta deverá apresentar amostras para cada item que compõem o respectivo processo, sendo 01 (uma) amostra única idêntica ao produto ofertado, para análise e parecer pedagógico em, no máximo, 10 (dias) dias úteis, contados da convocação para apresentação das amostras, incluindo juntamente a amostra o catálogo técnico do item.

A Secretaria Municipal de Educação analisará as amostras e emitirá um relatório com parecer favorável ou desfavorável, o qual será parte integrante do processo licitatório. Todas as amostras deverão atender às especificações constantes nas características e normas que serão detalhadas no Termo de Referência, comprovando os parâmetros mínimos que seguem:

ENSAIO	NORMA	REQUERIMENTO MÍNIMO
Flexão	ISO 16978	Média do MOE (MPa): 8000 MPA
Impacto	NBR 14535:2008	Graduação 5 e Média de Diâmetro de no máximo 6,5
Densidade	ABNT NBR 17002:2021	Média KG/M³ 650
Dureza	NBR 7190:2022	Média KGF 1500
Resistência a riscos	NBR 14535:2008	Resultado H ou superior
Norma de Segurança	Portaria nº 302/2021	Certificação compulsória do INMETRO
Norma de Segurança	ABNT NBR NM 300	Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo INMETRO

Em relação a acessibilidade do material (Braille) - todos os produtos devem ser entregues com etiquetas em Braille, contendo o nome do produto de forma clara e legível. As etiquetas deverão ser confeccionadas em policarbonato texturizado, com espessura mínima de 0,18 mm e tamanho mínimo de 66x51 mm, com cantos arredondados. A impressão deve ser UV colorida, e as etiquetas devem ter adesivo no verso, fabricado com adesivo PSA (Adesivo Sensível à Pressão). Para garantir a melhor adesão, é essencial que haja um contato firme e uniforme entre a superfície da etiqueta e a área de aplicação, evitando qualquer ponto isolado sem contato adequado. A etiqueta deve incluir o nome do produto em português, juntamente com a inscrição em Braille, permitindo que tanto crianças com baixa visão ou deficiência visual quanto crianças sem problemas de visão possam identificar facilmente os produtos. Além disso, essa medida beneficiará também os professores na identificação correta dos produtos. **As etiquetas em Braille atendem à Lei 14.880/24, que estabelece a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado para crianças de 0 a 3 anos, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade.** Dessa forma, busca-se contribuir para a acessibilidade e a plena integração de todas as crianças no ambiente educacional.

QR CODE - A etiqueta QR Code deve ser entregue colada nos produtos. Espessura mínima de 0,18mm e dimensões mínimas de 4 cm x 4 cm. O QR Code impresso na etiqueta deve direcionar para a plataforma digital que hospeda vídeos pedagógicos voltados para a orientação de educadores e responsáveis quanto aos materiais e das abordagens participativas. O conteúdo disponibilizado inclui instruções detalhadas sobre a utilização dos produtos adquiridos pelo município, informações sobre abordagens pedagógicas aplicáveis e orientações sobre como maximizar o desenvolvimento das crianças por meio do uso adequado dos materiais. O produto é desenvolvido para ser fixado em móveis, brinquedos e demais superfícies estratégicas dentro do ambiente escolar, garantindo acesso contínuo e facilitado aos conteúdos educacionais.

Considerando que são bens e madeira e que não terão controle de tombo patrimonial, deverá ter gravação em laser. Todos os itens entregues deverão conter no ato da entrega gravação em laser do brasão da CONTRATANTE.



GARANTIA: Comprovação de que os materiais fornecidos possuem garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, emitida pelo fabricante do item.

5. Levantamento de Mercado

Para a aquisição do material de apoio pedagógico que compõe o objeto deste Estudo Técnico Preliminar, foi realizada pesquisa de preços com base nos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente.

A metodologia adotada para estimar os valores considerou a compatibilidade entre os preços praticados e as especificações técnicas dos materiais pretendidos. Para tanto, foi realizada solicitação de orçamentos para empresas que comercializam os respectivos materiais.

A pesquisa de preços foi estruturada a partir de múltiplas fontes, com o objetivo de ampliar a confiabilidade das estimativas e garantir maior segurança técnica e jurídica ao processo administrativo. Para tanto, foram considerados os seguintes referenciais:

- Coleta de orçamentos junto a empresas especializadas no fornecimento de materiais pedagógicos educacionais compatíveis com o objeto pretendido;
- Análise de contratações públicas similares, em especial o Pregão Eletrônico nº 95/2025, realizado pelo próprio Município de Santa Maria, que contemplou itens com características técnicas semelhantes aos ora pretendidos;
- Pesquisa de preços em âmbito nacional, considerando contratações realizadas por outros entes da administração pública, com objetos semelhantes, permitindo a verificação da aderência dos valores estimados às práticas de mercado.

A metodologia adotada considerou, entre outros aspectos:

- a compatibilidade entre os preços coletados e as especificações técnicas dos materiais a serem adquiridos;
- a análise comparativa entre diferentes fornecedores e contratações públicas similares;
- a avaliação da viabilidade econômica da contratação, garantindo que os valores estimados reflitam condições reais de mercado.

Dessa forma, o levantamento de mercado realizado revela-se tecnicamente consistente e adequado às práticas previstas na legislação de compras públicas.

6. Descrição da solução como um todo

Diante da identificação, por parte da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria, da necessidade de fortalecer as práticas pedagógicas na Educação Infantil com base em diretrizes inclusivas, participativas e equitativas, propõe-se a contratação de empresa especializada no fornecimento de brinquedos, projetos e recursos educacionais acessíveis e interativos. A solução visa suprir lacunas históricas relacionadas à oferta de materiais pedagógicos adequados ao desenvolvimento integral das crianças, especialmente no que tange ao estímulo à motricidade livre e ao aprendizado por meio da ludicidade e da interação.

A proposta engloba o fornecimento de materiais que dialoguem diretamente com as orientações pedagógicas da rede municipal, com foco em metodologias que valorizem a participação ativa das crianças no processo de aprendizagem e a construção de saberes de forma contextualizada. Os recursos deverão ser acessíveis a estudantes com diferentes perfis, inclusive aqueles com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social, reforçando o compromisso com a equidade e a inclusão.

Além do fornecimento dos materiais, a solução poderá incluir projetos pedagógicos integradores, formação para os educadores quanto ao uso dos recursos, e acompanhamento do desenvolvimento infantil. Dessa forma, cria-se um ambiente educacional mais atrativo, interativo e coerente com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A aquisição desses materiais está alinhada ao novo modelo de financiamento educacional introduzido pela Emenda Constitucional nº 108 /2020, que reformulou o FUNDEB para garantir uma distribuição mais justa dos recursos. A política de equidade, operacionalizada por mecanismos como o Valor Aluno Ano Total (VAAT) e o Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), passa a ser elemento central na alocação dos investimentos federais, exigindo das redes de ensino ações concretas voltadas à superação das desigualdades.

É importante ressaltar que, a aquisição dos objetos nos moldes propostos visa não os tratar como peça de decoração, respeitando o investimento e as necessidades dos alunos. Assim, o acompanhamento pedagógico adequado para o corpo docente, para orientar sobre as abordagens participativas e as melhores práticas de uso desses materiais se faz de excelência. Portanto, a inclusão de plataforma de ensino para os materiais, a ser disponibilizada pela empresa contratada, mostra-se uma solução necessária. Isso simplifica o processo de aprendizado para os docentes e elimina a necessidade de futuras contratações e gastos com capacitação pedagógica, garantindo, assim, a eficácia no uso dos materiais e a melhoria no processo educativo.

Assim, a presente solução representa não apenas a aquisição de bens, **mas um investimento estratégico na promoção de uma educação pública mais justa, equitativa e de qualidade, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e assegurando melhores condições de acesso, permanência e sucesso escolar para todas as crianças** da educação infantil da rede municipal de ensino de Santa Maria.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A Secretaria de Município da Educação de Santa Maria identificou a necessidade de qualificar o atendimento às crianças da Educação Infantil, por meio da aquisição de materiais pedagógicos acessíveis, interativos e alinhados às diretrizes da rede municipal. O objetivo é apoiar práticas pedagógicas participativas que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes, com ênfase especial nas funções executivas, cognitivas e conativas, assim proporcionando uma aprendizagem de qualidade.

Esse projeto de desenvolvimento com ludicidade foi considerado estratégico para fortalecer a atuação dos professores e qualificar as experiências de aprendizagem das crianças, assegurando ambientes ricos, seguros e estimulantes. A proposta também contribui para o aprimoramento do acompanhamento pedagógico, por meio de recursos que possibilitam a observação e o registro das etapas do desenvolvimento infantil, em consonância com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Assim, a aquisição do projeto pedagógicos em tela representa mais que uma compra: trata-se de uma ação articulada às políticas públicas de equidade, que busca garantir o direito de todas as crianças à educação de qualidade, promovendo condições adequadas de acesso, permanência e sucesso escolar na rede municipal de ensino de Santa Maria.

Considerando que a Rede Municipal de Ensino de Santa Maria é composta por 55 escolas de Ensino Fundamental, das quais **39 também atendem à Educação Infantil, e por 29 escolas e 1 anexo exclusivamente de Educação Infantil**, totalizando 5.963 alunos matriculados, com base na informação do censo escolar de 2025.

ANEXO I

Os resultados referem-se às matrículas na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos - EJA presencial

Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à Educação Profissional) das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino. As matrículas da Educação Especial constam no Anexo II.

Os resultados são apresentados por Unidade da Federação, em ordem alfabética, segundo os municípios.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial			
	Ensino Regular			
	Educação Infantil			
	Creche		Pré- escola	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral
BRASIL				
SANTA MARIA				
Municipal Urbana	1047	1.306	3.102	207
Municipal Rural	3	44	171	86
Municipal	1047	1.350	3.273	293

Diante do exposto, ressalta-se que a **aquisição de até uma unidade de cada recurso pedagógico, sensorial, montessoriano** e de vida prática, destinados à qualificação dos ambientes educacionais da rede municipal, com foco em Educação Infantil, Ensino Fundamental e atendimento de estudantes público-alvo da Educação Especial, incluindo a customização em perspectiva inclusiva, a disponibilização de QR Code funcional e a camada digital mínima obrigatória vinculada ao uso dos materiais constitui uma medida essencial para a qualificação do **atendimento às crianças da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS**. Trata-se de um investimento estratégico que impacta diretamente na melhoria da qualidade da educação, ao proporcionar experiências de aprendizagem mais significativas, inclusivas e alinhadas às necessidades do desenvolvimento infantil. Considerando a expressiva quantidade de estudantes atendidos e a diversidade de contextos educacionais existentes no município, garantir o acesso a recursos adequados e intencionalmente planejados é fundamental para assegurar equidade, promover a aprendizagem com ludicidade e fortalecer a prática pedagógica dos profissionais da educação. Assim, a implementação deste projeto reafirma o compromisso da gestão com o direito à educação de qualidade para todas as crianças, desde os primeiros anos de vida.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.916.683,42

A aquisição em tela prevê um investimento máximo no valor de **R\$ 1.916.683,42 (um milhão, novecentos e dezesseis mil, seiscentos e oitenta e três reais e quarenta e dois centavos)**, destinado à contratação de materiais pedagógicos específicos, alinhados às diretrizes estabelecidas pela Superintendência Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

A metodologia adotada para a estimativa de preços teve como base a compatibilidade entre os valores praticados no mercado e as especificações técnicas dos materiais pretendidos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de mercado mediante solicitação de orçamentos.

A estimativa de preços elaborada encontra-se em conformidade com os normativos vigentes, em especial com a Lei nº 14.133/2021, e está devidamente alinhada às diretrizes pedagógicas da Superintendência Pedagógica. Tal compatibilidade confere segurança técnica e jurídica à instrução de processo de registro de preços, considerando a disponibilidade financeira da fonte de recurso "Novos Estabelecimentos" e emendas impositivas para execução em 2026.

Dessa forma, o levantamento de mercado realizado revela-se tecnicamente consistente e juridicamente possível, assegurando que a contratação atenda, de forma eficiente, às necessidades educacionais da rede municipal.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não será necessário o parcelamento da solução, e a entrega deverá ser realizada logo após o empenho da demanda solicitada.

Em regra, conforme os arts. 40, I e IV da Lei nº 14.133/2021, o planejamento de compras deve considerar a expectativa de consumo anual, observar condições de aquisição e pagamento semelhantes às praticadas pelo setor privado, além de garantir condições adequadas de guarda e armazenamento que evitem a deterioração do material.

Diante desse comando legal, a contratação em questão prevê um planejamento de execução mediante ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, considerando o planejamento financeiro em relação ao ingresso de recursos do Governo Federal para aquisições de materiais pedagógicos destinados a "**Manutenção da Educação Infantil Novas Turmas**" e recursos de "**Emendas Impositivas do Orçamento Municipal**" para execução no exercício de 2026 e 2027.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Ressalta-se que não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes ao objeto pretendido, tampouco previsão de contratações futuras para o alcance do objetivo desta contratação. Dessa forma, este item não será considerado no planejamento.

Tal entendimento decorre do fato de que a presente contratação não está vinculada à aquisição de outro bem para o pleno desempenho de sua finalidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação do objeto desta licitação está alinhada ao planejamento da Secretaria de Município da Educação e prevista no Plano de Contratações desta Secretaria para os exercícios financeiros de **2026 e 2027**. Destaca-se que os recursos destinados à presente contratação são oriundos de repasse específico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, **vinculados à ação de Manutenção da Educação Infantil – Novas Turmas (BB, Agência 0126, Conta nº 98.402-7)**, havendo saldo disponível, o que viabiliza a aquisição de alguns itens tão logo seja concluído o processo licitatório.

Ressalta-se que tais recursos possuem destinação específica, sendo sua execução condicionada ao plano de trabalho previamente aprovado junto ao FNDE, o qual estabelece as ações a serem desenvolvidas, não sendo passíveis de livre remanejamento para outras finalidades da Secretaria. Ademais, registra-se que determinados recursos provenientes de emendas impositivas aprovadas no exercício de 2024 não puderam ser executados em razão de processos licitatórios que restaram fracassados ou desertos, circunstância que demanda nova instrução processual com vistas à efetiva execução das políticas públicas educacionais.

Por fim, a Secretaria de Município da Educação tem promovido, de forma contínua, a articulação institucional junto ao Poder Legislativo Municipal para a captação de recursos oriundos de futuras emendas impositivas, destinados ao fortalecimento das políticas públicas educacionais e à qualificação das condições de aprendizagem nas escolas da rede municipal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a abertura de novas Escolas de Educação Infantil e a ampliação de espaços em algumas unidades da rede, houve acesso a novas turmas, ampliando a oferta de vagas e diminuindo a necessidade de compras para excedentes das inscrições. Isso garante vaga para os alunos inscritos, assegurando o direito ao atendimento educacional adequado.

A aquisição de materiais pedagógicos visa apoiar o desenvolvimento das atividades pedagógicas e recreativas, fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil. Esses materiais são considerados essenciais para promover a equidade educacional, assegurando igualdade de condições de acesso, permanência e desenvolvimento pleno das crianças nas instituições de ensino da Rede Municipal. Além de favorecer o aspecto lúdico, indispensável nessa etapa, os materiais contribuem para o fortalecimento de práticas inclusivas, atendendo às necessidades de diferentes faixas etárias e contextos sociais, especialmente nas escolas em tempo integral e nas novas unidades educacionais em expansão.

Vale lembrar que, para cumprir a meta do Plano Nacional de Educação, o Município de Santa Maria deve garantir vagas para todas as crianças em idade de Educação Infantil, conforme determina o atendimento de 100% das crianças de 4 a 5 anos e 50% das crianças de 0 a 3 anos. Segundo preceitos constitucionais, é dever do Estado, em regime de colaboração entre Município, União e Distrito Federal, oferecer atendimento em creche e pré-escola para crianças de 0 a 5 anos.

Assim, a aquisição dos itens mencionados é essencial para garantir um atendimento de qualidade e seguro, adequado às necessidades e ao desenvolvimento das atividades escolares, respeitando as especificidades de cada faixa etária.

Além disso, a **Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 47, de 23 de maio de 2022**, estabelece diretrizes curriculares e estruturais para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria, incluindo requisitos para espaços físicos, recursos materiais e condições ambientais que garantem segurança, conforto e funcionalidade para crianças, professores e demais servidores.

Diante dessas diretrizes, bem como do Plano Nacional de Educação e do Plano de Gestão da Secretaria Municipal da Educação, os itens a serem adquiridos são fundamentais para o atendimento correto e regular dos alunos da Rede Municipal e para o pleno funcionamento das escolas.

Por fim, é fundamental destacar a relevância da legislação vigente sobre o ensino em tempo integral, que orienta e ampara a ampliação da oferta educacional na rede municipal. A Lei nº 14.640/2023 institui o Programa Escola em Tempo Integral, que estabelece a obrigatoriedade de manutenção dos alunos em atividades por no mínimo sete horas diárias ou 35 horas semanais, abrangendo todas as etapas da educação básica.

Outros instrumentos legais relevantes são a Portaria nº 1.495/2023, que dispõe sobre a adesão e pactuação de metas para ampliação de matrículas em tempo integral, e a Resolução nº 18/2023, que estabelece critérios e procedimentos para a distribuição, repasse, execução e prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral, coordenado pela Secretaria de Educação Básica do MEC. Este programa tem como objetivo principal ampliar a oferta de educação em tempo integral, com assistência técnica e financeira direcionada às escolas que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Já em relação ao Planejamento e Economia de Escala, a adoção do pregão na modalidade de registro de preços possibilita um planejamento mais eficiente das aquisições e favorece a obtenção de materiais a valores mais competitivos, decorrentes da economia de escala proporcionada pelo modelo. Essa estratégia otimiza a aplicação dos recursos públicos, assegura melhor relação custo-benefício e permite que a Administração adquira maiores quantidades quando necessário, com custos reduzidos e condições mais vantajosas.

Outro ponto importante é a Continuidade e Previsibilidade no Suprimento: o sistema de registro de preços garante maior continuidade e previsibilidade no fornecimento de equipamentos voltados ao bem-estar social e ao desenvolvimento pedagógico no ambiente escolar. Essa modalidade evita desabastecimentos, reduz riscos de interrupções e possibilita que as demandas das unidades escolares sejam atendidas ao longo de todo o ano letivo, de forma ordenada e conforme a necessidade real, contribuindo para a eficiência da gestão educacional.

13. Providências a serem Adotadas

Elaborar o Termo de Referência contendo a descrição detalhada dos materiais pedagógicos a serem adquiridos, incluindo especificações técnicas, quantitativos e condições de fornecimento.

Providenciar a emissão de parecer pedagógico acerca dos materiais, com a finalidade de justificar, sob a perspectiva educacional, a pertinência da aquisição, assegurando o alinhamento com a proposta pedagógica da rede de ensino, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais aplicáveis à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e à Educação Inclusiva.

O parecer pedagógico deverá demonstrar, de forma técnica, a contribuição dos materiais para o desenvolvimento integral dos estudantes, contemplando aspectos motores, cognitivos, sociais e emocionais, bem como atestar a adequação à faixa etária, segurança e acessibilidade dos itens.

Designar formalmente o gestor e o fiscal técnico do contrato, preferencialmente integrantes da equipe pedagógica da Secretaria, considerando a natureza e as especificidades do objeto a ser contratado.

Incluir, no Termo de Referência, a exigência de comprovação de qualidade por meio de ensaios e testes laboratoriais, observando normas técnicas reconhecidas, tais como:

ENSAIO	NORMA	REQUERIMENTO MÍNIMO
Flexão	ISO 16978	Média do MOE (MPa): 8000 MPA
Impacto	NBR 14535:2008	Graduação 5 e Média de Diâmetro de no máximo 6,5
Densidade	ABNT NBR 17002:2021	Média KG/M³ 650
Dureza	NBR 7190:2022	Média KGF 1500
Resistência a riscos	NBR 14535:2008	Resultado H ou superior
Norma de Segurança	Portaria nº 302/2021	Certificação compulsória do INMETRO
Norma de Segurança	ABNT NBR NM 300	Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo INMETRO

A definição dos materiais a serem especificados no Termo de Referência deverá observar critérios técnicos de desempenho, durabilidade e adequação ao uso intensivo a que os produtos serão submetidos. Nesse contexto, materiais com maior estabilidade dimensional, uniformidade de superfície e comportamento mecânico consistente tendem a apresentar melhor desempenho em aplicações estruturais voltadas a mobiliário pedagógico, brinquedos e recursos de exploração infantil. Tais características contribuem para maior resistência ao uso contínuo, melhor resposta a processos de usinagem, fixação e acabamento, além de favorecer a segurança e a vida útil dos produtos.

Como referência técnica, destaca-se que materiais como a bétula multilaminada apresentam desempenho compatível com essas exigências, podendo ser considerados como parâmetro de qualidade ou admitidos equivalentes que comprovem desempenho igual ou superior, nos termos das normas técnicas aplicáveis.

Avaliar, na fase de planejamento, a compatibilidade das exigências técnicas com o mercado fornecedor, inserindo índice de tolerância para critérios de aceitação de modo a assegurar competitividade, sem prejuízo da qualidade e durabilidade dos materiais.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais significativos, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declaro, para os devidos fins, que a contratação em tela é plenamente viável, configurando-se como uma contratação corriqueira no âmbito da administração pública, conforme evidenciado pelo levantamento de mercado realizado. Os preços estimados estão compatíveis com os valores praticados no mercado, e a aquisição atende às necessidades e diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável por preencher o ETP.

JEAN ALEXANDRE PEZZINI

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/04/2026 às 10:06:39.

Despacho: Responsável pela metodologia pedagógica escolhida.

NICOLE ZANON VELEDA

Equipe de apoio

